

A RURURBANIDADE NA PRODUÇÃO DE IDENTIDADES ESCOLARES: POSSÍVEL ANÁLISE DO DISPOSTO NO DECRETO PRESIDENCIAL 7352/ 2010

Kelly Souza de Lima – UNIPAMPA

kelly23lima@hotmail.com

Co-Autores: Dra. Arlete Salcides – UNIPAMPA

arleteunipampa@gmail.com

Dr. Jeferson Francisco Selbach – UNIPAMPA

jfselbach@hotmail.com

Eixo de trabalho nº 4 - Organização do trabalho pedagógico nas escolas públicas na Educação Básica (projeto político pedagógico, gestão, currículo, avaliação, cultura, políticas de acesso e permanência)

Resumo: No contexto de significativas mudanças na legislação educacional brasileira e de formulação de políticas públicas voltadas à garantia de ampliação e de qualificação da Educação Básica, a pesquisa foi conduzida na direção de investigar se mais de cinqüenta por cento das famílias dos estudantes matriculados nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental General Antônio de Sampaio e Ceni Soares Dias atendem ao disposto no Decreto Presidencial N° 7352/2010, base legal que define como escola do campo aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. O estudo envolveu trabalho de campo, na perspectiva de gerar conhecimentos para subsidiar gestores da administração pública e das duas escolas do município de Jaguarão na tomada de decisão sobre a necessidade de adequação do Regimento e do Projeto Político Pedagógico de cada escola às recomendações constantes nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e nas Diretrizes Operacionais Complementares para a Educação Básica na Escola do Campo. Os dados foram coletados nos dois cenários de investigação, nos meses de maio e junho de 2012, através de consultas às fichas de matrículas disponíveis nas Secretarias de cada escola, e da aplicação de formulários respondidos tanto pelos estudantes como por seus familiares. As informações coletadas, traduzidas em dados numéricos, foram sistematizadas em gráficos e, posteriormente, analisadas. Os dados revelaram que 51% dos pais de estudantes do turno da tarde na Escola Ceni Soares Dias e 59% dos pais dos estudantes do mesmo turno da Escola General Antônio de Sampaio têm na atividade rural a principal fonte de renda para o sustento de suas famílias. Mesmo que o estudo não tenha contribuído **para afirmar a predominância de** mais de cinqüenta por cento das famílias dos estudantes envolvidas em atividades rurais, independente da localização territorial das escolas investigadas, os conhecimentos gerados na pesquisa poderão subsidiar tanto gestores à necessária adequação da documentação das unidades escolares investigadas como professores das turmas em funcionamento no turno da tarde na reformulação de seus planos de ensino.

Palavras-chave: gestão da educação, currículo escolar, legislação educacional, educação do campo, cultura

Notas Introdutórias

“Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”. (SANTOS, 2006:462).

A presente pesquisa inscreve-se no conjunto de inúmeras ações empreendidas, nos âmbitos de instâncias governamentais e de instituições de ensino e de pesquisa, na direção de ampliar e de qualificar a oferta de ensino nas escolas do campo.

Na história da educação brasileira, atendendo às pressões e demandas de movimentos sociais do campo, observa-se, nos primeiros anos do século vigente, que a educação do campo ganha centralidade nas agendas de governos federal, estaduais e municipais.

Evidencia-se a preocupação de garantir que as populações do campo, ou seja, que os modos particulares de vida e de trabalho de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta e caboclos sejam respeitados e valorizados na legislação educacional e na construção de projetos educacionais a serem implementados.

A escolha do tema da pesquisa e a construção da problemática têm origem no processo de implementação de um Programa ainda vigente nas escolas situadas na área urbana do município de Jaguarão, mais especificamente, nas informações fornecidas por estudantes e seus responsáveis quando questionados acerca de seus interesses e rotinas cotidianas.

Observamos recorrências nas respostas de pais e mães dos alunos às questões constantes no Inventário de Comportamentos para Crianças e Adolescentes entre seis e dezoito anos (CBCL/6-18) aplicados. Um número significativo de famílias dos estudantes matriculados, especialmente, nas duas escolas investigadas, apontou como principais interesses de seus filhos a lida no campo.

Nos relatos dos estudantes participantes nas sessões realizadas no âmbito das escolas a que estão vinculadas, por diferentes vezes, foram ressaltados como seus principais interesses a participação em atividades rurais realizadas juntamente com seus familiares.

Considerando o disposto no item II do 1º parágrafo do Artigo 1º do Decreto Presidencial nº 7352 de novembro de 2010, base legal para que se atente à necessária adequação dos Projetos Educativos das escolas às realidades sócio-culturais dos estudantes, o qual define como escola do campo aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo, o estudo foi conduzido na direção de investigar se mais de cinqüenta por cento das famílias dos estudantes matriculados nas escolas municipais General Antônio de Sampaio e Ceni Soares Dias, localizadas, respectivamente, nos bairros Vila Branca e Bela Vista, ambos situados na área urbana do município de Jaguarão/RS, produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Acredita-se que a principal contribuição dos conhecimentos gerados na pesquisa seja qualificar a oferta de ensino em cada uma das escolas investigadas, em atendimento ao disposto no artigo 205 da Constituição Federal (1988) e nos artigos 23, 26 e 28 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB - Lei 9394/96) e, também, às recomendações constantes nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), nas Diretrizes Operacionais Complementares para a Educação Básica na Escola do Campo (2008) e nos estudos de diferentes autores, tais como Antonio e Lucini (2007) Arroyo (2004), Caldart (2003; 2004), Alves Filho e Salcides (2008; 2007; 2006), Salcides e Alves Filho (2010; 2004) e Salcides (2007; 2006), entre outros, dedicados à investigação das mais adequadas alternativas pedagógicas a serem adotadas nas escolas do campo brasileiras, a bem de que sejam garantidos os direitos, as demandas e os interesses dos povos do campo.

Visou-se, também, subsidiar a Secretaria Municipal de Educação de Jaguarão, as direções e os professores das duas escolas para o cumprimento ao disposto no inciso I do Artigo 56, relativo ao Sub-Título Dos Equipamentos de Educação, constante no Plano Diretor Participativo do município, o qual estabelece:

Art. 56. Para garantir condições ao cumprimento do dever do Município para com a educação, ficam fixadas as seguintes diretrizes gerais: I. Determinação de áreas para implantação de unidades de educação com características adequadas às peculiaridades do tipo de atendimento oferecido (p.22).

Caminho Investigativo

A pesquisa orientou-se por princípios e procedimentos próprios aos estudos de natureza quantitativa, uma vez que se buscou traduzir em números as informações coletadas, nos termos definidos por Falcão e Régnier (2000).

Nas palavras dos autores (ibid.), “a quantificação abrange um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair de seus dados subsídios para responder à(s) pergunta(s) que o mesmo estabeleceu como objetivo(s) de seu trabalho” (FALCÃO E RÉGNIER, 2000:32).

A pesquisa envolveu trabalho de campo, ou seja, os dados foram coletados nos dois cenários de investigação, sendo que cada um se constituiu em um caso. Adotando a definição proposta por Yin (2005), um estudo de caso se define com base nas características do fenômeno em estudo e com base em um conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos.

Conforme analisa Ponte (2006), embora não sejam muito freqüentes, os estudos de caso recorrendo a abordagens preferencialmente quantitativas ou de caráter misto podem ser realizados na área da educação. Na perspectiva do mesmo autor, tratando-se “o caso” de estudo de uma escola ou de um sistema educativo pode-se certamente tirar importantes informações de variáveis quantitativas de natureza demográfica como o número de alunos, as taxas de reprovação, a origem social, entre outros.

Nas palavras de Ponte (2006:2),

É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse.

No primeiro estudo de caso, o cenário de investigação foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ceni Soares Dias, fundada em 10 de maio de 1994, envolveu a participação de estudantes com idades entre cinco e dezoito anos, sendo que 83 alunos freqüentam aulas nas turmas de 5º à 7º ano e 7ª e 8ª séries, no turno da manhã, e 115 alunos freqüentam as aulas da classe de Educação Infantil e das turmas de anos iniciais do Ensino Fundamental, no turno da tarde.

Por seu lado, o segundo estudo de caso, conduzido na Escola Municipal de Ensino Fundamental General Antônio de Sampaio, fundada em 24 de maio de 1977, envolveu a participação de 385 estudantes, com idades entre cinco e vinte e dois anos, sendo que 200 alunos freqüentam aulas nas turmas de 4º à 7º anos e 7ª e 8ª séries, no turno da manhã, e 185 alunos freqüentam as aulas da classe de Educação Infantil e das turmas de anos iniciais do Ensino Fundamental, no turno da tarde.

Os dados foram coletados nos meses de maio e junho de 2012, através de consulta aos registros das Fichas de Matrículas dos estudantes disponíveis nas Secretarias de cada Escola, e aplicação de formulários respondidos pelos estudantes e por seus familiares.

Achados dos Estudos

Os resultados da pesquisa serão apresentados de forma a descrever o fenômeno analisado em cada um dos casos estudados.

Estudo de Caso 1 – E.M.E.F. Ceni Soares Dias

1.1. Atividades profissionais dos pais, informadas pelos estudantes

As atividades profissionais dos pais dos estudantes do turno da manhã, conforme dados constantes nos formulários respondidos pelos 83 estudantes, são, em sua maioria (58%), adversas das voltadas às lidas campeiras.

Entre os estudantes matriculados no turno da tarde, dos 115 estudantes que responderam ao formulário, 51% informaram que os pais exercem atividades rurais.

1.2. Atividades profissionais dos pais, extraídas das Fichas de Matrículas

Os dados extraídos das 83 fichas de matrículas de estudantes do turno da manhã apontaram que somente 10% dos pais exercem atividades agrícolas.

No turno da tarde, observou-se que em 37% das 115 fichas de matrículas consultadas não constam as atividades exercidas pelo pai, em 3% os pais são aposentados e em 1% o pai consta como falecido. Somente 8% dos pais exercem atividades vinculadas ao meio rural.

1.3. Atividades profissionais das mães, informadas pelos estudantes

As atividades profissionais das mães dos estudantes do turno da manhã, a partir dos formulários respondidos pelos 83 estudantes, são, em sua maioria (86%), adversas das voltadas às lidas campeiras.

1.4. Atividades profissionais das mães, extraídas das Fichas de Matrículas

As 83 fichas de matrículas de estudantes do turno da manhã consultadas apontam uma alta percentagem (96%) de mães exercem atividades alheias ao meio rural, ou seja, apenas 4% informaram serem pescadoras.

No turno da tarde, o percentual de mães com atividades rurais informadas nas 115 fichas de matrículas consultadas é maior, atingindo 17%.

1.5. Envolvimento dos estudantes com atividades rurais

Questionados acerca de seu envolvimento em algum tipo de atividade rural realizada juntamente com familiares, do total de 83 estudantes do turno da manhã, somente 9% responderam afirmativamente.

1.6. Famílias cuja renda provém de atividades rurais, conforme informado pelos pais dos estudantes

Conforme respostas dos informantes, 83% das famílias dos estudantes do turno da manhã e 68% do turno da tarde não realizam atividades rurais.

Estudo de Caso 2 – E.M.E.F. General Antônio de Sampaio

2.1. Atividades profissionais dos pais, informadas pelos estudantes

As atividades profissionais dos pais dos estudantes do turno da manhã, conforme dados constantes nos formulários respondidos pelos 200 estudantes, também são, em sua maioria (61%), adversas das voltadas às lidas campeiras.

No turno da tarde, o percentual de pais que exercem atividades profissionais vinculadas ao campo também é predominante, ou seja, 59% responderam afirmativamente.

2.2. Atividades profissionais dos pais, extraídas das Fichas de Matrículas

As informações constantes nas fichas de apenas 48% do total de 200 alunos matriculados no turno da manhã revelaram que apenas 3% dos pais exercem atividades profissionais voltadas ao campo.

No turno da tarde, em 21% das 185 fichas de matrículas não constam atividades exercidas pelos pais. Desse total, 17% dos pais realizam atividades rurais.

2.3. Atividades profissionais das mães, informadas pelos estudantes

As atividades profissionais das mães, conforme informaram os 200 estudantes do turno da manhã, também são, em sua maioria (90%), adversas das voltadas às lidas campeiras. No turno da tarde, os 185 formulários analisados apontam que 16% das mães realizam atividades rurais.

2.4. Atividades profissionais das mães, extraídas das Fichas de Matrículas

As informações constantes nas 200 fichas de matrículas, relativas às atividades profissionais das mães dos estudantes do turno da manhã, apontam a mesma predominância de atividades urbanas, pois somente 1% declarou-se trabalhadora com vínculo ao campo.

De igual forma, no turno da tarde, em apenas 2% das 185 fichas de matrículas dos estudantes consultadas constam que as mães exercem atividades agrícolas.

2.5. Envolvimento dos estudantes com atividades rurais

Questionados acerca de seu envolvimento em algum tipo de atividade rural realizada juntamente com familiares, do total de 200 estudantes, no turno da manhã, somente 7% declararam que sim. Entre os estudantes do turno da tarde, o índice de envolvimento em atividade rural é próximo (8%).

2.6. Famílias cuja renda provém de atividades rurais

Nos formulários respondidos pelas famílias dos estudantes o quadro é semelhante. Entre os familiares dos estudantes do turno da manhã, 69% informaram que não realizam atividades rurais. Por seu lado, entre os estudantes do turno da tarde este percentual é de 80% que afirmaram que não realizam atividades rurais.

Discussão dos resultados

Na primeira categoria, em relação à atividade profissional dos pais, os resultados apontam para a diversidade de atividades profissionais exercidas pelos pais dos estudantes das duas escolas. Os conceitos de pluriatividade e multifuncionalidade vêm ganhando centralidade na compreensão de tal fenômeno, no meio social, político e acadêmico do Brasil.

Conforme analisa Silva (1999), um terço da população ocupada no campo desenvolve atividades não-agrícolas. Ainda segundo o autor, o espaço geográfico e sua dinâmica vêm tornando-se cada vez mais complexo e mutável, fenômeno denominado por Schneider (2003) como pluriatividade.

Segundo Schneider (2003), o crescimento de atividades não agrícolas no meio rural vem modificando a dinâmica do espaço rural, alterando as relações sociais e de trabalho e, também, ampliando o caráter multifuncional da agricultura, ou seja, o processo de descentralização e interiorização de determinados tipos de indústrias, especialmente de bens de consumo não duráveis, têm contribuído para revitalização econômica de determinadas áreas rurais.

Na acepção Schneider (2006:18), compreende-se pluriatividade

(...) como situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor esta não é uma realidade exclusiva do espaço rural de países ricos e desenvolvidos.

Quanto à ampliação do caráter multifuncional na agricultura, na acepção de Soares (2000/2001), o termo refere-se a uma ou várias funções adicionadas ao seu papel primário de produção agrícola e nas suas relações com diversos setores da economia. O conceito de multifuncionalidade, conforme o mesmo autor (ib.), busca traduzir essas múltiplas funções que o agricultor familiar desempenha na sociedade.

A noção de multifuncionalidade, segundo analisam Carneiro e Maluf (2003:19),

(...) rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos.

Nesse sentido, a noção de multifuncionalidade visa resgatar a importância do conjunto de contribuições da agricultura e do agricultor para a dinâmica econômica, social e cultural dos territórios.

As realidades demográficas, econômicas e culturais são, na acepção de Lewis (2007), tipicamente heterogêneas e multidimensionais. A definição da área “peri-urbana” reflete essa complexidade de fatores influenciando o espaço.

Conforme analisa Smit *et. al.* (*apud* Lewis 2007:4), a definição dominante de zona peri-urbana a entende como “área localizada na linha entre rural e urbana, perto da periferia de um limite legal e administrativo de uma cidade, dentro ou fora de um plano de área e normalmente caracterizada pela ocupação de terra e tenencia informal e o poucos serviços básicos”. Por seu lado, Allassembaye (*apud* Lewis 2007), define área peri-urbana como potencial de risco ou recurso, na qual moradores pobres da cidade se tornam marginais nos espaços distantes do centro, sem acesso a serviços e disponibilidade de empregos.

Na acepção de España (*apud* Gerardi e Carvalho, 2006), as áreas peri-urbanas seriam zonas de transição entre cidade e campo, onde se mesclam atividades rurais e urbanas. Segundo analisa Souza (2003), a intensificação dessa mistura é tamanha que dificulta a separação entre rural (ou agrícola) e urbano. Isso implica que a dinâmica peri-urbana ou rururbana, também denominada pelo mesmo autor como franja rural-urbana, tenha características próprias. Daí consideramos a importância do peri-urbano muito mais pela sua dinamicidade do que pelo fato de ser um espaço urbano ou rural.

Nas palavras de Souza (2003:27-28),

(...) o que pode confundir é que na franja rural-urbana muitas vezes a face visível do espaço (a paisagem) continua tendo um aspecto “rural”, às vezes até belamente bucólico – algumas plantações, muito verde, grandes espaços servindo de pastagem - quando, na verdade, por trás disso se verifica uma presença insidiosa e cada vez mais forte da lógica urbana de uso do solo. (...) Nem tudo aquilo que parece ser, por conseguinte, de fato é, em matéria de espaço peri-urbano.

É importante lembrar aqui a definição de Entrena Durán (2003) de “cidade difusa”. Na acepção desse autor, observa-se a dispersão da população urbana pelo território, inclusive sobre as áreas rurais, sem que exista vínculo algum dessas pessoas com as atividades agrícolas. Essa organização territorial é resultado de um movimento, iniciado na década de

1970, caracterizado pelo deslocamento de parcelas da população urbana às áreas rurais, denominado por Langenbuch (1999) como “contra-urbanização”.

Na perspectiva de Pinto e Salamoni (2010), a expansão do perímetro urbano incorpora dinâmicas rurais que adquirem um novo sentido funcional para a urbanização. Esse uso imprime nas áreas periféricas do sítio urbano atividades rurais, tais como os cultivos agrícolas e a criação de animais.

Considerando as contribuições dos já referidos autores, a compreensão do território rururbano impõe compreender a complexa relação entre campo e cidade, uma vez que tal processo não será resultado de iniciativas ou propostas de planejamento e gestão dos territórios, mas, sim, da expressão espontânea dos moradores desses locais.

Nos últimos anos, conforme analisa Stoian (*apud* Lewis 2007), a identidade peri-urbana ou rururbana corresponde a uma oportunidade de investimento em termos de subsistência e renda econômica no futuro. Identidade é definida aqui como a percepção pessoal e coletiva que cria um sentimento “de lugar no mundo” (Kearns e Gesler *apud* Lewis 2007).

De acordo com Biazzo e Marafon (2009:105-106):

São inúmeros os exemplos de novas identidades rurais ou manifestações de ruralidades encontrados tanto no campo quanto na cidade. Associadas à economia seriam a revitalização das práticas de produção orgânicas nas atividades agrárias, o turismo rural em espaços campestres e os mercados futuros de *commodities* em espaços citadinos [...] Associadas à cultura, como já se destacou, envolvem a busca de uma reaproximação da natureza pela população citadina, os hábitos de origem *country*, o sucesso de músicas sertanejas, entre muitos outros.

Nos processos de articulação de articulação de diferenças culturais, como argumenta Bhabha (2001:20), “o que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais”.

O termo freudiano referente ao sentido de “estranho” é utilizado por Bhabha (2001) para definir o sentimento provocado pela perda do espaço conhecido e pela consciência da existência de um espaço intersticial. O mencionado sentido de “estranho” pode estar no espaço liminar entre as noções de público e privado, urbano e rural.

Na acepção de Bhabha (2001: 29-30), tal sentimento diz respeito à “(...) estar estranho ao lar não é estar sem casa (...) de modo análogo, não se pode classificar o estranho de forma simplista dentro da divisão familiar da vida social em esferas privada e pública, urbano e rural, masculino e feminino”.

Na mesma direção, Canclini (2003: XIX), na introdução do livro *Culturas Híbridas*, define hibridização como “os processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos, identidades e práticas”. Sob esse enfoque, reconhece-se que as identidades não podem ser consideradas puras, mas se constituem e reconstituem, permanentemente, na fusão de acontecimentos, de pessoas e de atribuições que se modificam e redefinem valores, derrubam fronteiras e movimentam conceitos, sejam eles, de etnia, nação, classe.

Na categoria referente às atividades profissionais das mães, foi possível verificar recorrências nas práticas de atividades, tais como pesca, trabalho em cooperativas, criação de animais.

Na última década, observa-se que a mulher do campo vem, em muitos casos, assumindo o papel de provedora da família. Tais mudanças, já observadas em comunidade rurais de “prioridade” masculina, produzem significativas transformações nas relações de gênero e nos modos como as identidades são, na atualidade, representadas. Conforme afirmam Stam e Shohat (*apud* Salcides 2006: 189), as representações “fazem as identidades reféns do que se tem denominado funcionalidade social do estereótipo, uma vez que operam como uma forma de controle social e como prisões de imagem”.

Muitos são os discursos que atribuem às mulheres funções maternas, de cuidados com a casa, o roçado e os pequenos animais, ou ainda, algumas vezes, às mulheres e aos filhos maiores cabe o trabalho nas propriedades vizinhas para garantir a sobrevivência (PACHECO, 1997).

Sobre essa questão, cabe referir a pesquisa realizada por Carmen Diana Deere e Magdalena León (2002), analisada por Salcides e Alves Filho (2004). Conforme os autores, a pesquisa “aponta a escassez de estudos sobre gênero e territórios rurais na América Latina (...) e problematiza o significativo desequilíbrio existente em relação à igualdade entre homens e mulheres (...)” (SALCIDES E ALVES FILHO, 2004:209)

Foi importante, também, verificar os baixos percentuais relativos ao envolvimento dos estudantes das duas escolas em atividades rurais. O tema do trabalho infantil tem merecido a preocupação de governantes, instituições de proteção à criança e à juventude, sociólogos e educadores.

Sobre essa questão, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em acordo com as convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fixaram os limites de idade mínima para o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.

Conforme a legislação vigente, até quatorze anos de idade é proibido que as crianças realizem qualquer atividade profissional. Entre quatorze e dezesseis anos os adolescentes podem exercer alguma atividade, porém na condição de aprendizes. Conforme analisa Souza (2006:48), de dezesseis aos dezoito anos é que o adolescente “adquire capacidade jurídica para o exercício do trabalho como um trabalhador comum”.

O trabalho precoce geralmente é exercido por crianças e adolescentes pobres para contribuir no sustento da família, gerando um círculo vicioso, pois quando adultos, sem atingir a escolarização necessária, não conseguem ultrapassar o limiar da pobreza.

Alguns autores, tal como Custódio e Veronese (2007), têm chamado a atenção para a importância de se conscientizar a população acerca dos múltiplos danos que o trabalho precoce pode acarretar na vida de uma criança ou adolescente. Como analisam os mesmos autores, além dos problemas de saúde que podem ter a criança ou adolescente que trabalha, o trabalho precoce implica em anulação da infância e o direito de brincar e se divertir.

Considerações Finais

Na última década, são recorrentes nos instrumentos legais as recomendações para que os sistemas de ensino promovam as necessárias adequações para o atendimento de peculiaridades que caracterizam os cotidianos de vida e de trabalho de comunidades que residem em diferentes territórios rurais do país, especialmente no que tange à inclusão de conteúdos curriculares voltados às demandas e aos interesses dos estudantes, bem como à adaptação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, uma vez que se reconhece que a identidade de cada escola do campo se define a partir das pessoas a quem ela se destina, ou melhor, deve considerar sempre os saberes e as experiências sócio-culturais de seus estudantes.

Estimulados pela possibilidade de gerar informações capazes de contribuir com gestores da administração pública municipal de Jaguariaíva no atendimento das determinações constantes na legislação educacional, empreendemos esforços na direção de ampliar e aprofundar conhecimentos acerca de aspectos que mais adequadamente caracterizassem os estudantes de duas escolas municipais.

Tínhamos como principal propósito verificar se, independente da área de localização geográfica de cada uma das duas unidades escolares investigadas, haveria predominância de estudantes cujas famílias exerciam algum tipo de atividade rural, na perspectiva de constatar a

possibilidade de embasar a proposta de reformulação de seus Projetos Pedagógicos, conforme disposto no Decreto Presidencial 7352/ 2010.

Cabe destacar que os conhecimentos gerados na pesquisa poderão contribuir, também, para embasar gestores da Secretaria Municipal de Educação na formulação de argumentos que justificam a possibilidade de adesão das duas escolas investigadas ao Programa Mais Educação do Campo, uma vez que as cinco escolas situadas nas áreas rurais têm número inferior a setenta e quatro estudantes matriculados, ou seja, o número de estudantes matriculados é insuficiente para atendimento do critério estabelecido pela Secretaria de Educação Básica – SEB/ MEC para adesão dos municípios.

No caso do primeiro estudo, a interpretação dos dados constantes nas fichas de matrículas e nas respostas das famílias acerca das atividades profissionais dos pais dos estudantes das turmas do 1º, 2º, 3º e 4º ano e a turma de educação infantil, em funcionamento no turno da tarde da escola Ceni Soares, traduzidos em percentuais, apontou que 51% exercem atividades rurais.

No segundo caso, a sistematização dos dados coletados apontou que 59% dos pais dos estudantes do turno da tarde das turmas do 1º, 2º, 3º e 4º ano e a turma de educação infantil da escola General Antônio de Sampaio têm na atividade rural a principal fonte de renda para o sustento de suas famílias.

Nesses termos, apesar de os dados da pesquisa não apontarem que a maioria das famílias dos estudantes de cada escola pertença a grupos sociais de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta e caboclos, conforme definido no Decreto Presidencial 7352/ 2010, foi importante identificar que as famílias de cinquenta e oito estudantes matriculados na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em funcionamento no turno da tarde da Escola Ceni Soares Dias, bem como as famílias de cento e nove estudantes matriculados, também, em classes de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, em funcionamento no turno da tarde da Escola General Antônio de Sampaio, têm direito a oferta de uma educação que contemple as especificidades que caracterizam os cotidianos de suas vidas.

O desafio que se impõe às escolas brasileiras é a criação de projetos pedagógicos adequados às realidades que caracterizam os diferentes territórios rurais do país, na direção de atender ao disposto no Artigo 28 da LDB, o qual estabelece que “na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”, especialmente, no que tange

aos conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos residentes em áreas rurais; à adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, às condições climáticas e à natureza do trabalho na zona rural.

A partir da aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica na Escola do Campo, em 2002, e das Diretrizes Operacionais Complementares para a Educação Básica na Escola do Campo, em 2008, observa-se a formulação de Programas e de políticas com vistas à garantia de acesso e da qualificação da oferta de ensino na educação básica e profissional de significativa parcela da população brasileira.

Acredita-se que, mesmo que o estudo não tenha possibilitado embasar gestores das duas unidades escolares e da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação na direção de problematizar suas identidades urbanas, independente da localização territorial prevista no Plano Diretor Participativo de Jaguariaí, os conhecimentos gerados na pesquisa contribuirão para subsidiar a reformulação dos planos de ensino de professores que atuam nas turmas em funcionamento no turno da tarde nas duas escolas, de modo a que esses documentos revelem sua especial atenção ao disposto no Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394/96):

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Encerramos, temporariamente, nossas reflexões inspirados nas palavras de Ricouer (1991:190), pois, como ele, nós acreditamos que “as histórias vividas de uns estão emaranhadas nas histórias dos outros. Partes inteiras de minha vida fazem parte da história da vida dos outros, de meus pais, de meus amigos, de meus companheiros de trabalho e lazer”.

Referências

ALVES FILHO, Eloy e SALCIDES, A. M. F.; Pausas para reflexões acerca da educação do campo no município de Gravataí. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de. (Org.). Teorias & fazer: caminhos da educação popular: Educação do campo. GRAVATAÍ: Prefeitura Municipal de Gravataí, 2008, p. 31-42.

ALVES FILHO, Eloy e SALCIDES, A. M. F.; Vantagens da alfabetização na perspectiva de adultos residentes em áreas rurais do Brasil e de Portugal. Cadernos de História da Educação (UFU), v. 6, p. 87-105, 2007.

ALVES FILHO, Eloy e SALCIDES, A. M. F. Idas e Vindas da Educação do Campo. Revista da Pesquisa & Pós-Graduação. Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. v. 6, p. 37-42, 2006.

ANTONIO, Clésio Acilino e LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. Caderno Cedes. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007.

ARROYO, Miguel G. Por um Tratamento Público da Educação do Campo. Por uma Educação do Campo: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Articulação Nacional por uma Educação do Campo: Brasília – DF, 2004.

BIAZZO, Pedro Paulo, MARAFON, Glaucio José. Novo caráter das relações campo-cidade no norte do Estado do Rio de Janeiro- Brasil. IN: SAQUET, Marcos Aurélio, SOUZA, Edson Belo Clemente. Leituras do conceito de território e de processos espaciais. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, 144p.

BHABHA, Homi. O local da Cultura, p. 20 Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] União, Poder Legislativo, Brasília, n. 191-A, 05 de out.1988.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de jul. 1990.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais Complementares para a Educação Básica na Escola do Campo. Brasília: MEC/CNE, 2008.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: Currículo sem fronteiras, v.3 n. 1, pp. 60-81, jan/jun. 2003.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2003.

- CARNEIRO, Maria José e MALUF, Roberto S. Introdução. In: CARNEIRO, Maria José e MALUF, Roberto S. (Orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27.
- CUSTÓDIO, André Viana. VERONESE, Josiane Rose Petry. Trabalho Infantil: a negação do ser criança e adolescente no Brasil. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2007.
- ENTRENA DURÁN, F. Cidades sem Limites. In: MACHADO, A. S. (org.) Trabalho, economia e tecnologia: novas perspectivas para a sociedade global. Bauru: Práxis, 2003. Disponível em: <<http://www.forum-global.de/curso/textos/tecno.pdf>>. Acesso em 09/09/2012
- FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIER, J. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, maio./ago. 2000.
- GERARDI, Lucia Helena de Oliveira e CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (Org.) Geografia: Ações e reflexões. Rio Claro UNESP/IGCE: AGETEO, 2006.
- LA BORDIN, EFM Silvares; ROCHA, M.M.; TEIXEIRA, M.C. & PAULA, C.S.. Inventário de Comportamentos para Crianças e Adolescentes entre 6 e 18 anos CBCL/6-18). Versão brasileira do “Child Behavior checklist for ages 6-18”, 2010.
- LANGENBUCH, J. R O fenômeno da contra-urbanização e seu estudo. Geografia, Rio Claro, v. 24, n.1, p.27-84, 1999.
- LEWIS, Jennifer (2007). Identidade e a Região Peri-Urbana de Belém do Pará: Lições para o investimento de desenvolvimento municipal.
- PACHECO, M. E. L. Convenção da Biodiversidade. Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) do Estado de São Paulo, 1997.
- Ministério do Trabalho e Emprego e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. POLÍTICA E AÇÕES PARA O COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL. Estudo efetuado no âmbito do convênio, 2001.
- PINTO, Carlos Vinícius da Silva e SALAMONI, Giancarla. Estratégias Produtivas da Agricultura em Perímetros Urbanos: o “rurubano pelotense” como produtor de alimento para o mercado local. Anais do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais: Mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPR, 2010
- PONTE, João Pedro. *Estudos de caso em educação matemática*. Bolema, 25, 2006. 105-132.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. Plano Diretor Participativo de Jaguarão e Leis Complementares. 2006. Disponível em: <http://pmj-planodiretor@focuspro.com.br>
- RICOEUR. Paul. O si-mesmo como um outro. Campinas: Papirus, 1991

- SALCIDES, A. M. F.. Alfabetização de Adultos: uma análise das práticas de colonizadores e colonizados. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso. (Org.). Educação no Tempo Presente: práticas e reflexões. São Leopoldo: OIKOS, 2007, v., p. 70-89.
- SALCIDES, Arlete. Professoras no show da vida – a docência como ato de cidadania. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). O magistério na política cultural. Canoas: Editora ULBRA, 2006.
- SALCIDES, A. M. F.; ALVES FILHO, E.. A Reforma Agrária e a desconcentração de terra, de renda e de população. *Historia Social*, v. II, p. 173-192, 2010.
- SALCIDES, Arlete e ALVES FILHO, Eloy. As deserdadas na reforma agrária brasileira. In: CARVALHO, Marie Jane Soares e ROCHA, Cristianne Maria Famer (Orgs.). Produzindo Gênero. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. Campinas: IE-UNICAMP. Coleção Pesquisa, n. 1.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n.2, p. 5-22, jul./dez./, 1990.
- SOARES, Adriano C. O. A multifuncionalidade da agricultura familiar. *Revista Proposta*, 87, FASE. Rio de Janeiro, p. 40-49, 2000/2001.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SOUZA, Ismael Francisco de. A exploração do trabalho infantil no Brasil. Monografia. Curso de Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2006.
- YIN, R.K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.